Indicação 12/95 - CP - Aprovada em 13-12-95
Propõe alterações à Deliberação CEE nº 12/83
Relator: Cons. Arthur Fonseca Filho

A Deliberação CEE na 12/83 é mostra de como a norma pode ser descentralizadora e eficiente. Um dos poucos problemas de sua aplicação ocorre nos casos em que alunos procedentes do exterior concluíram o equivalente à conclusão do 1º grau no exterior e pretendem prosseguir seus estudos no início do 2º grau, ou em etapas posteriores.

Nesta hipótese, a Deliberação atribui competência à escola recipiendária (Artigo 2º) para decidir sobre o prosseguimento de estudos em nível de 2º grau e à Delegacia de Ensino (Artigo 6º) onde o aluno residir, para decidir sobre a conclusão do 1º grau.

O anexo Projeto de Deliberação pretende sanar a imperfeição, atribuindo competência nestes casos à Delegacia de Ensino à qual se jurisdiciona a escola, onde o processo estiver se desenvolvendo.

O caso típico é o do aluno procedente do exterior e que pretende cursar a 1ª série do 2º grau em determinada escola. A partir de agora todos os procedimentos, desde o pedido inicial, deverão ocorrer na escola, cabendo ao Delegado de Ensino respectivo o ato formal da declaração de equivalência de conclusão de 1º grau.

Estas são as razões que nos levam a encaminhar ao Plenário o anexo Projeto de Deliberação.

São Paulo, 11 de outubro de 1995

a) Cons. Arthur Fonseca Filho

Relator